

A PEQUENA PROPRIEDADE E O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

Prof. Augusto Alexandre Machado

Catedrático da Economia Política

SUMÁRIO

- 1.º — A NECESSIDADE DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA.
- 2.º — A PROPRIEDADE COMO ESTIMULO PARA MAIOR PRODUÇÃO.
- 3.º — A DEMOCRATIZAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL — A PEQUENA PROPRIEDADE E O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO.

1) — A economia do Brasil repousa, fundamentalmente, na agricultura. Sendo assim, absurdo é pretender organizar economicamente o país sem a organização da produção agrícola.

Da maior, melhor e mais barata produção agrícola depende, imediatamente, a solução dos demais problemas econômicos. Para obter produção barata é preciso, antes de tudo, facilidade e modicidade de transporte. Falar em desenvolvimento agrícola, deixando acumular a produção nos armazéns por falta de transporte, é querer o impossível ou, sinceramen-

te, não querer senão o atrazo e a ruina da agricultura e a falta de estímulo e de animo para os agricultores.

E' preciso um plano de produção em que se concilie honesta e patrioticamente os interesses gerais com os do agricultor, respeitando tanto quanto possível, a liberdade de ação dos produtores, de modo a permitir possa, cada um, atingir a um nível de resultado proporcional ao seu esforço e capacidade de produção.

Sem a possibilidade de premiar os que trabalham na razão da sua contribuição, de suas responsabilidades e dos seus valores lançados na empresa, não se pode pretender desenvolvimento da produção econômica.

Sem garantias, sem amparo da lei, sem resultados ou lucros compensadores, a atividade agrícola decrescerá.

Sòmente com maior produção e melhor resultado é possível obter o aumento da capacidade de consumo e elevar o nível de bem estar das populações rurais.

Não se atrai o trabalhador para o campo, não se consegue maior atividade rural e mais ampla inversão de capitais na produção agrícola, sem facilidade de transporte, sem organização de crédito, sem maior instrução e maior ansia de conforto.

Sòmente os que têm necessidades têm também disposição para a atividade produtora.

Os que se limitam, se enclausuram, se anquilosam na estreiteza de um misero salario ou ordenado, sem maior ambição, não vivem, vegetam pela deficiencia de seus recursos.

Se há possibilidades de maior produção, sòmente os mais hábeis, mais ativos, mais diligentes, mais metódicos, mais eficientes, mais dinâmicos, vencerão na concorrência.

Sem elementos para vencer e progredir, a vida é sempre de miseria.

Despertar a ambição de melhor vida em nossas popula-

ções rurais, eis um dos fundamentos da renovação e desenvolvimento da produção agrícola.

Cantar a poesia do barracão de flandres ou madeira é afirmar a incapacidade de mais altas e mais dignas aspirações.

Todos devem trabalhar, produzir e viver com relativo conforto.

Essa é a aspiração normal dos novos civilizados.

Da utilização criteriosa e metodizada dos fatores ou elementos disponíveis a serviço da produção, circulação e consumo, resultará a grandeza econômica do Brasil.

Quanto maior e mais variada a produção, mais alto o nível de conforto e de bem estar da população. A falta de produção é a crise pela alta de preços, a desvalorização da moeda, a redução do poder aquisitivo do salário, o desemprego por falta de trabalho, o sofrimento e miséria para todos que vivem do seu estôrço e sem maiores possibilidades ou rendimentos.

A necessidade de encaminhar ou fazer afluir os capitais para a produção agrícola sômente se alcança, em grande escala, com o aperfeiçoamento da técnica das atividades rurais.

Com processos rotineiros não é possível se obter produção compensadora de grandes capitais. A industrialização da agricultura representa a ultima etapa de aperfeiçoamento técnico.

O desenvolvimento industrial completa sempre o desenvolvimento agrícola.

Mas, para manter o trabalho e o capital no meio rural, é preciso tornar este meio sadio e promissor. Com falta de conforto e doença, toda a propaganda: *rumo aos campos*, se tornará inútil.

Procuremos cuidar mais dos campos do que das intrigas políticas de bastardos interesses.

Ou procuraremos levantar o nível de nossas possibilidades rurais para nos tornarmos dignos da concorrência econômica do após guerra, ou continuaremos pobres sem maior expressão política e econômica.

Os povos sem produção são povos sem cultura e sem expressão política.

Precisamos substituir o PORQUE ME UFANO pelo PORQUE TRABALHO OU ESTUDO.

Menos orgulho e mais ação, porque somente o trabalho constrói a riqueza.

Não é possível pensar que os municípios podem progredir, aumentar a receita, realizar grandes obras e reformas; somente aumentando a taxa ou imposto.

Se a produção não aumenta, o imposto vai se tornando proibitivo e asfixiante para o produtor.

O aumento da receita deve resultar não do aumento da contribuição mas, sim do aumento da matéria tributável ou sobre a qual possa, eficientemente, incidir o imposto.

Assim a maior receita traduz maior aumento de riqueza e maior progresso da região.

O agente fiscal ou lançador não deve ter u'a mentalidade de extorsão, de combate, de perseguição, porque essa mentalidade é inimiga dos interesses do Estado, de quem eles são meros prepostos.

Arruinar por vingança, por estreiteza mental, por inconsciência, ou mesmo, por deshonestidade, o contribuinte é sabotar a prosperidade da nação. Quando os contribuintes se arruinam, o Estado perde fontes de receita.

Quando o funcionário tiver a compreensão de que para bem servir a coletividade, basta aplicar inteligente e honestamente a lei fiscal, procurando estimular os mais leais e mais trabalhadores, outras serão as nossas possibilidades em todos os setores da produção.

* * *

2) — O mundo entrou, com esta guerra, num período de agitações profundas e de amplísimos efeitos. Os que supunham, por egoísmo, interesse ou inconsciência, que terminada a luta, tudo voltaria ao antigo seio de Abraão, ficarão desiludidos.

Uma nova fase melhor ou peor, conforme os aspectos, vai se impor a todos os povos.

Dos antigos processos de vida, de governo, de política, de cultura, nada ficará com a paz que se aproxima.

O problema social das nações contemporaneas tal como deve ser hoje compreendido, pode se resumir nesta formula, dura mas verdadeira. — Só o trabalho tem direito a vencer seja o trabalho de rico ou de pobre, porque ambos são necessários á produção.

É, não sei se para melhor, a tendência do mundo. E, partindo da tese radical ainda que, sem chegar a eliminar o direito de propriedade, os governos nascidos de guerra, vão, em nome dos interesses gerais, restringindo, mais e mais, êsse direito fundamental, sem o qual não haverá maior estímulo para produzir.

Muitos produziram, economizaram e inverteram os seus capitais em terra, e agora, os governos se viram, por contingências e por imposições, as mais complexas, forçados a reduzir os legítimos proprietários a simples detentores, sob pretexto de que a verdadeira propriedade deve existir em função dos interesses da nação e não do individuo, isoladamente considerado.

Mas, sem a modificação dessa rigidez doutrinária, a produção diminuiria sensivelmente, salvo se a liberdade fôr precária, em todos os sentidos, e nesse caso, a produção representará o sacrificio da própria vida, num regime de opressão. Poucos são os povos em que o indice de liberdade atinge ao do povo norte-americano, e êsse povo é o mais rico do mundo. E' que a violência e a opressão resultam sempre de duas causas essenciais — pobreza e ignorancia.

Os pobres; não produzem e a ignorancia só permite a produção imposta pela força ou ameaças de impiedosa reação.

Os demagogos que se dizem defensores da massa, nem sempre são sinceros, e por isso, impelidos por ambições pessoais e não pelo sincero e louvável sentimento de altruísmo, fazem a propaganda de cousas impossíveis ou irrealizáveis.

O sentimento democrático não se afirma exaltando e explorando a confiança do povo, mas trabalhando, produzindo, cooperando, fortalecendo, de todos os modos, a resistencia econômica, politica, moral e militar da nação em beneficio do bem estar coletivo.

Nada exprime senão conveniencia, a propaganda de reformas, de sistemas, de principios contrario á propria natureza humana.

Em troca da liberdade, nenhum regime ou sistema politico pode merecer o apoio de um povo digno do nome de civilizado.

Há individuos que não trabalham, não produzem, não economizam, não concorrem com nenhum esforço, para a felicidade geral, mas propagam, envenenam, insuflam, criam, em tudo e para todos a desharmonia, a desconfiança, a desordem, a crise geral. Eles ameaçam a destruição de tudo, mas não constroem nada de novo para assegurar a tranquillidade que tanto se aspira. Todo esse mal resulta da falta de uma qualidade nobilitante — a sinceridade. Se todos fossem, antes de tudo, sinceros, todos seriam felizes.

Dia a dia, vai se firmando a convicção na massa de que, sem maior trabalho, devem obter maiores recursos ou remuneração. Mas a verdade é que, sem a plenitude do direito de propriedade sobre o bem produzido, não há maior estímulo para a produção.

O direito de propriedade só deve sofrer aquelas restrições que representam condições indispensáveis para a ordem, o equilibrio, o bem estar de todos; para que não se explore,

impunemente, os mais fracos e mais pobres, que representam, inegavelmente, a maioria de todas as coletividades.

O instinto natural de conservação do individuo explica o espirito de economia que leva o homem a produzir além do que lhe é necessário para viver, ou seja, para a satisfação imediata de suas necessidades. Por outro lado, o proposito de defender a prole determina acumulação de riqueza destinada a ser transmitida aos descendentes.

Nessa possibilidade de legar aos seus herdeiros está a razão principal de toda economia ou acumulação.

Sem o direito de herança, embora reduzido a justos termos, não é possível obter maior produção em nenhum setor.

Com a exortação: — *trabalhe muito e o mundo será mais feliz*, poucos, muito poucos, atenderão ao apelo, e o mundo ficará, cada vez mais pobre.

No edonismo natural, profundamente humano, está o fundamento de toda atividade produtora.

O principio edonistico, queiram ou não queiram, domina a atividade econômica de toda a humanidade.

Logo, o direito de propriedade e o da sua transmissão dimanam da propria natureza humana, que não transige na defesa do seu interesse.

* * *

3) — Para se ter uma noção exata dos problemas da propriedade rural é mister ter lido, com atenção, LA PROPRIÉTÉ PAYSANNE ET LA CRISE DE LA MAIN D'OEUVRE AGRICOLE de SOUCHON. Aí se compreende a importância do problema que se tem denominado DEMOCRATIZAÇÃO DA PROPRIEDADE, isto é, a divisão acentuada da propriedade agrícola no propósito de ampliar o mais possível o número dos proprietários, libertando, mais e mais, a terra dos antigos encargos feudais e restringindo, o mais possível, a influencia

maléfica de certos latifúndios. Realmente, quanto maior o numero dos proprietarios, maior a solidariedade de interesses e maior estímulo para a defesa das instituições politicas e sociais.

O povo sem patrimonio, sem abrigo, sem base para manter, ainda que pelo trabalho, a vida, é sempre um povo revoltado! Sem decidir mais os resultados não se conseguirá, para tudo, o apoio necessario. Assim, em varios países, o govêrno tem, não só procurado o desenvolvimento progressivo da pequena propriedade, promovendo medidas no sentido de incentivar a divisão das grandes propriedades improdutivas, mas tambem, dividido, em lotes, as terras do Estado, transformando as terras devolutas e improdutivas numa série de pequenas propriedades applicadas á agricultura ou á criação. De fato, sem maior produção nos setores agricolas, não haverá nunca maior fartura e maior facilidade de vida. Enquanto as indústrias, muitas delas a necessidades suntuárias, a atividades agricolas estão ligadas, imediatamente, á satisfação das necessidades existenciais. Se os ricos vivem principalmente da indústria, o pobre vive mais pela agricultura e a criação. A mor parte dos artigos maquinofaturados não são conhecidos nem usados pelos pobres.

Na Inglaterra, país dos morgadios e dos latifundios, a divisão das terras para constituição da pequena propriedade se fez através da constituição dos ALLOTMENTS e dos SMALL-HOLDINGS.

Uma série de leis foram elaboradas com êsse objetivo. Os ALLOTMENTS visavam colocar pequenos lotes ao alcance das possibilidades de modestos trabalhadores e os SMALL-HOLDINGS, não podiam exceder de 20 hectares, que se destinaram aos camponeses mediante pagamento em prazo máximo de 50 anos, por anuidades.

Assim, a Inglaterra; o tradicional país onde se conciliam admiravelmente as regalias e os preconceitos com a liberdade e a justiça, substituiu, para atender a interesses da maioria, grande parte de LANDLORDS por pequenas propriedades.

Os esforços dos poderes públicos, nesse sentido, resultou da compreensão de que a divisão da terra daria maior produtividade e concorreria para o benefício de todos. O Estado, salvo casos especiais, é sempre o menos apto para explorar, diretamente, qualquer atividade produtiva.

Há, nas explorações privadas, sempre maior estímulo, maior interesse, maior economia de despesa, maior possibilidade de lucros. Há, porem, serviços que interessam de tal jeito á coletividade, que, só o Estado pode, eficientemente, realizar a exploração.

A maior ou menor atividade industrial do Estado deve estar em função das possibilidades e da capacidade de iniciativas de cada povo.

Sobre a organização da pequena propriedade agricola na França, Rumania, Tchecoslovaquia e Polônia, pode-se ler, com vantagens, CAMILO PERREAU -- «COURS D'ECONOMIE POLITIQUE», e ainda «LEREMEMBREMMENT ET LA PROPRIETE RURALE», de C. CHAVEAU. E' claro que ao governo cabe, quando necessario, a desapropriação de qualquer dominio por utilidade ou necessidade pública.

A vantagem dessa divisão ou fracionamento dos dominios, como da divisão das terras devolutas, mediante certas condições e obrigações do beneficiário, visa, antes de tudo, dar maior capacidade produtiva ao país com o aproveitamento das possibilidades do terreno e o maior interesse na produção. Sem divisão da propriedade, sem aumento do numero dos proprietários, a produção não atinge facilmente ao máximo porque as terras do Estado e a mór parte das grandes propriedades particulares são mal exploradas. O fracionamento não tem portanto nada de prejudicial para o Estado nem para o desenvolvimento da produção. Em regra, os grandes latifundiários só conhecem a mór parte dos seus dominios pelo rendimento que produz, por intermédio do seu mordomo ou administrador.

A pequena propriedade não exclue a possibilidade da existencia de grandes propriedades para determinados fins,

atenta sòmente contra a vaidade dos que não produzem mas tem a vaidade condenável de impedir que outros produzam. Embora divergindo do método, devemos reconhecer que o projeto NESTOR DUARTE, sobre a utllização das terras devolutas, tem, não há negar, o superior objetivo de, sem prejuizo da ação do Estado, incentivar a produção rural de que tanto carece a Bahia, que é realmente pobre de rebanhos e de cereais.

Sem o auxilio do abastecimento de outros Estados estaríamos em permanente situação critica. Para solução dêsse magno problema é necessário um programa eficiente de maior produção agricola e maior facilidade de comunicações.

Estradas, criação e plantio, eis os fundamentos da nossa prosperidade que não pode se conter na sonoridade vazia das palavras, mais insinceras do que eficientes. Sòmente ligando o homem á terra pelo interesse da maior produção com a facilidade de, pelo trabalho, adquirir a posse e o dominio de um pequeno lote de terras, se criará ambiente favorável ao desenvolvimento da produção.

«E' preciso, como afirmou o Prof. NESTOR DUARTE, que o Estado escolha uma geração e, a partir dela, consinta que o dominio particular se edifique perenemente, sem remontar um passado de titulos e documentos obscuros duvidosos e se não falsos, em que se pretende solidificar o dominio».
